

REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Direitos laborais dos trabalhadores dos *call centers* do grupo EDP

Destinatário: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Os trabalhadores afetos ao Call Center da EDP executam tarefas permanentes e impreteríveis ao grupo EDP, nomeadamente à EDP Distribuição, EDP Comercial e EDP Serviço Universal. Muitos destes trabalhadores fazem-no há mais de 20 anos e são a voz de todos os serviços que o grupo EDP presta .

Existem quase 2.000 trabalhadores laborando em três *call centers*. Dois deles estão situados em Odivelas e Quinta do Lambert, em Lisboa, que laboram para a Tempo Team do grupo Randstad; e outro, localizado em Seia, gerido pela empresa Redware/Reditus. Entretanto a EDP procedeu a novo concurso, ganho pela empresa espanhola INCRA, para o *front office* de primeira linha das atividades da EDP no mercado livre residencial.

Segundo informações que chegaram ao Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda através de trabalhadores do Grupo EDP, os trabalhadores destes *call centers* encontram-se sujeitos a condições laborais que merecem preocupação e esclarecimento sobre a sua legalidade.

A empresa INDRA, que tem como prática a renovação de contratos ao mês e que baixou os salários dos seus trabalhadores em cerca de 100 euros, para 485 e 500 euros mensais, estará ainda a usar contratos de “natureza temporária e duração incerta” para funções efetivas e permanentes. Outras informações sugerem a tentativa, por parte desta empresa, de recorrer a novos trabalhadores para que possa receber os vários apoios do Estado Português.

Os trabalhadores dos referidos *call centers* não estão, assim, abrangidos pela contratação coletiva vigente nas empresas do Grupo EDP para as quais prestam serviço permanente, por vezes durante as 24 horas de todos os dias do ano. Tal situação configura, em nossa opinião, uma violação dos direitos dos trabalhadores que urge corrigir.

Acresce que o Grupo EDP está em processo de negociação coletiva com os sindicatos para a revisão do seu Acordo Coletivo de Trabalho e nessa negociação estão as empresas para quem estes trabalhadores permanentemente prestam serviço.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social as seguintes perguntas:

1. Tem o Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social conhecimento da situação de subcontratação permanente do grupo EDP?
2. Tem o Ministério conhecimento da recente subcontratação à INCRA do *front office* de primeira linha das atividades da EDP no mercado livre residencial?
3. Que informações pode o Ministério prestar sobre o acompanhamento que a ACT poderá ter feito relativamente a estas sucessivas subcontratações e ao respeito pelos direitos dos trabalhadores?
4. Que medidas pensa tomar o Ministério para garantir o cumprimento da legalidade e dos legítimos direitos destes trabalhadores e a sua integração enquanto trabalhadores do Grupo EDP?

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

Palácio de São Bento, 08 de janeiro de 2014.

A deputada do Bloco de Esquerda

Mariana Aiveca